

Imagens sobre Antropofagia na América:
Theodor De Bry no Ensino de História.

Images about Anthropophagy in America:
Theodor De Bry in History Teaching.



DAMASCENO, Chrislaine J. *

RESUMO: Este trabalho se propõe a analisar a utilização das imagens de Theodor de Bry no ensino de História da América do sétimo ano do ensino fundamental. Considerando, primeiramente, a utilização dessas imagens como fonte histórica no livro didático e evidenciando as abordagens presentes nesse material, em diferentes períodos, o questionamento que se faz é saber como estas imagens estão sendo empregadas no estudo da História da América, levando em conta as pesquisas atuais sobre o tema, a busca por uma educação desvinculada da narrativa que se configura sobre uma perspectiva europeia - através dos documentos oficiais da educação que regem a elaboração do material didático- e a utilização de imagens como ferramenta de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História; Theodor de Bry; Antropofagia.

ABSTRACT: This work aims to analyze the use of images by Theodor de Bry in the teaching of History of America in the seventh grade of elementary school. Considering, first, the use of these images as a historical source in the textbook. Paying attention to the approaches present in this material, in different periods, the question that is asked is how these images are being used in the study of the History of America, taking into account the current research on the subject, the search for an education unrelated to the narrative which is configured on a European perspective - through the official education documents that govern the preparation of didactic material - and the use of images as a teaching tool.

KEYWORDS: Teaching History; Theodor de Bry; Anthropophagy.

Recebido em: 11/02/2020
Aprovado em: 11/05/2020

*Mestre em História pela Unesp, Franca-SP, doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Unesp/Franca, Franca, SP. Este artigo é uma versão adaptada de alguns trechos da dissertação de mestrado intitulada *Imagens do Novo Mundo: Theodor de Bry no ensino de História*. E-mail: chrisdamasceno@hotmail.com.

O uso de imagens no Ensino de História

Esse artigo busca dialogar sobre o uso de imagens no ensino de história, pretendendo incitar a discussão do uso de fontes visuais como ferramenta da aprendizagem.

As fontes visuais que privilegiamos neste trabalho encontram-se nos livros didáticos de História do Ensino Fundamental. Pensar o livro didático como documento de pesquisa nos permite refletir, primeiro sobre sua produção; “[...] uma *mercadoria*, um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização[...]” (BITTENCOURT, 1997, p. 72). Ou seja, é feito para atender às especificidades definidas pela Base Nacional Curricular que por sua vez está inserida em uma política nacional.

Alain Choppin aponta uma multiplicidade de abordagens para o estudo das edições didáticas, destacamos a que problematiza a função do autor nessas obras:

[...] Os autores de livros didáticos não são simples espectadores de seu tempo: eles reivindicam um outro status, o de agente. O livro didático não é um simples espelho: ele modifica a realidade para educar as novas gerações, fornecendo uma imagem deformada, esquematizada, modelada[...] (CHOPPIN, 2004, p. 557).

Outra possibilidade, acentuada por Circe Bittencourt e que buscamos privilegiar neste artigo, é ser ele “[...] um importante *veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura*. Várias pesquisas demonstram como textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes, generalizando temas, [...]”. (BITTENCOURT, 1997, p. 72-73).

Nosso trabalho, portanto, parte dessa ótica acentuada por Bittencourt e em decorrência das exigências da Lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, que tornaram obrigatório o ensino da história e da cultura indígena, afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o médio. Obrigatoriedade esta que nasceu das demandas organizadas de grupos da sociedade e da necessidade em reconhecer as reivindicações das chamadas ‘minorias étnicas’¹.

Esses avanços encontram-se, no presente momento, ameaçados por alterações na Base Nacional Comum Curricular e pela reforma do Ensino Médio, aprovada por Medida Provisória em fevereiro de 2017. Sendo de grande importância uma reflexão

¹ O termo “minorias” foi utilizado por estar no texto dos documentos oficiais pesquisados, no entanto deve-se atentar a esse conceito.

sobre a representação desses grupos que, fundamentais para a identidade e a cultura, são muitas vezes marginalizados ou tratados de forma estereotipada ou condescendente.

No texto das propostas elaboradas nos Parâmetros Curriculares Nacionais que, mesmo não sendo normativo insere-se no cotidiano escolar como instrumento legal seguido por gestores e professores, a análise da imagem é fator preponderante no aprendizado de História (BARROS, 2007, p. 9-10). Segundo os PCNs, espera-se, no ensino fundamental, que o aluno consiga “[...] dominar procedimentos de pesquisa escolar e de produção de texto, aprendendo a observar e colher informações de diferentes paisagens e registros escritos, iconográficos, sonoros e materiais” (BRASIL, 1998, p. 43).

Para a construção de problemáticas que levem à aprendizagem é necessário compreender o papel da imagem na sociedade e, por conseguinte, da utilidade de sua leitura crítica pelo ensino de modo geral e, particularmente, pelo ensino de história. A discussão sobre a influência das imagens na cultura e a importância do entendimento crítico dos jovens estudantes, não é uma questão atual, ela data de 1941 quando o pesquisador Venâncio Filho, por exemplo, manifestou a importância de recursos imagéticos na formação do professor utilizando imagens como técnicas de ensino, tendência que marcou um longo período da educação brasileira (SCHMIDT, 2002, p. 14).

Ainda que a preocupação com a inserção da imagem no ensino seja antiga, a compreensão da sua função no processo de aprendizagem é escassa. Dessa forma, é necessário refletirmos sobre seu papel atual no ensino de História; as imagens são meros recursos para motivar e ilustrar o curso de história? Como são feitas as leituras de imagens no livro didático? As imagens são suportes para os textos ou destinam-se apenas a tornar os livros mais atrativos? Essas questões serão aqui destacadas para que possamos compreender como as imagens, sobre a América de Theodor De Bry, selecionadas do livro didático do 7º ano do ensino fundamental, podem ser trabalhadas em sala de aula, contribuindo para uma leitura crítica dos alunos e não para a subsistência de estereótipos. Demonstrando que uma análise criteriosa nos permite educar o olhar de nossos estudantes e, desta maneira, fornecer novos horizontes e novas perspectivas uma vez que:

A imagem oferece outros modos de pensar além do que já sabemos oriundo das informações escritas. Isso torna a leitura de imagens significativa tanto para o aprendizado escolar quanto para a própria vida dos alunos, uma vez que enriquece o campo de análise e interpretação, e também pela riqueza da singularidade de cada olhar para o mesmo artefato (FOCHESATTO, 2013, p. 162).

Isto posto, é premente estudar as imagens considerando o sujeito que as criou, no seu tempo e espaço histórico. A leitura de imagens no ensino de História é “[...] relevante para dar um novo, ou outro olhar sobre esses acontecimentos históricos, sejam eles mitológicos, simbólicos ou mais corriqueiros, como as práticas cotidianas e culturais de determinadas sociedades, o modo de vida e etc. [...]” (FOCHESATTO, 2013, p. 162).

Para além das inúmeras benesses já mencionadas, de se utilizar imagens no ensino de História, esse recurso também promove a capacidade de questionar e de estimular a imaginação do aluno, levando-o a um maior interesse e envolvimento no processo de aprendizagem².

Os povos indígenas nas ilustrações didáticas

A presença constante das ilustrações de Theodor de Bry retratando as populações indígenas nos livros didáticos nos chamou atenção e despertou questionamentos acerca das representações sobre essas populações no ensino de História e sobre os métodos utilizados para associar texto e imagem, possibilitando, assim, uma leitura crítica destas fontes visuais designadas para fins didáticos.

Há mais de três décadas os estudos sobre o “índio colonial” sofreram grandes mudanças. Na esteira de Charles Gibson e Léon-Portilla, as novas pesquisas sobre a América se deslocaram do colonizador para o colonizado, embasados por fontes e documentos como as crônicas, registros territoriais, testamentos e processos de inquisição para se tratar o assunto (MONTEIRO, 2001, p. 136).

As populações indígenas protagonizaram no século XIX um amplo debate que marca o imaginário social até os dias atuais: a visão dos índios como primitivos e isolados, o que obscurece nossa percepção dos processos de transformação étnica desses povos, reforçado pelas primeiras ilustrações das populações indígenas que surgiram nas décadas de 70 e 80 do século XIX nos livros didáticos escritos por Joaquim Maria de Lacerda e Cônego Fernandes, ambos autores religiosos.

No livro de Joaquim Maria de Lacerda, *Pequena História do Brasil*, cuja primeira edição é provavelmente do final de 1870, existem reproduções copiadas da obra de Jean de Léry, *Viagem à terra do Brasil*, provavelmente da edição de 1878, e de Gaffarel de

² Em pesquisa feita por Ricardo Barros para sua dissertação de mestrado, demonstrou que: “A maioria dos entrevistados observou que os alunos têm um aprendizado mais significativo quando o professor utiliza imagens no ensino. Os professores relataram que o aluno se sente mais identificado com essa linguagem, pois o mundo dos estudantes é caracterizado por imagens, o que os leva a ter maior empatia para com esse tipo de trabalho.” Ver BARROS, Ricardo. *O uso da imagem nas aulas de História*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2007, p.11.

Jean Baptiste Debret, *Viagem pitoresca e história ao Brasil*, da edição francesa publicada entre 1834 a 1839 (BITTENCOURT, 1997, p. 82).

Baseados nestas obras, foram feitos desenhos que representavam os grupos indígenas “como ‘selvagens’, e as cenas escolhidas eram predominantemente de guerra e rituais antropofágicos” (BITTENCOURT, 1997, p.82). As imagens mencionadas tornaram-se referências para a documentação iconográfica dos estudantes brasileiros desde o final do século XIX, sendo que os originais somente foram publicados no Brasil entre 1930 e 1940 (BITTENCOURT, 1997, p. 82).

Outra variante do livro didático produzida em 1900 foi a obra *História do Brasil das escolas primárias*, de João Ribeiro, que trazia diferentes imagens dos índios. De acordo com sua formação em antropologia, e ligação com a Escola do Recife, este autor não suprimiu os conflitos causados pelas populações brancas, e evidenciou as características culturais específicas dos índios, destacando a “[...] importância de se entender as culturas indígenas em suas singularidades e evitar considerações genéricas, tais como “povos selvagens”” (BITTENCOURT, 1997, p. 83).

No final do século XX, a produção historiográfica trouxe uma nova reflexão sobre as populações indígenas. Os novos estudos passaram a entendê-lo como sujeito histórico, diminuindo as concepções genéricas sobre as populações indígenas ressaltando “[...]a política indígena, enfatizando o fato de aquelas populações possuírem uma pauta, segundo a qual escolhas eram feitas, de modo que alianças, guerras, fugas, migrações, etc., teriam correspondido a uma percepção do que ocorria ao seu redor”(COELHO, 2009, p. 268).

As novas perspectivas sobre a história das populações indígenas aproveitaram o amplo acervo documental disponibilizado, sobretudo nos anos de 1980, pesquisando sua organização social, material, religiosa e simbólica, e como estes processos foram assimilados pelas populações nativas, revertendo uma historiografia baseada no discurso do isolamento indígena e no seu futuro desaparecimento (MONTEIRO, 2001, p. 140).

Com a mudança no curso dos estudos históricos sobre essas populações, novas abordagens foram introduzidas no ensino de História. Mas, ainda assim, os livros didáticos do período de 1990 trazem poucas páginas sobre os povos indígenas, fato que iria mudar apenas no início dos anos 2000, principalmente devido à implantação dos novos documentos elaborados para a educação como os PCNs e a Lei nº 10.639/03. A criação desses documentos estava alinhada às políticas desenvolvidas no programa Nacional dos Direitos Humanos e com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). A inclusão do tópico “Pluralidade Cultural” nos PCNs, torna-se um marco ao inserir os chamados grupos minoritários na pauta educacional de

forma explícita, ao afirmar ser a sociedade brasileira constituída por diferentes etnias, devendo-se respeitar os diferentes grupos e culturas que a constituem, combatendo o preconceito e a discriminação (SILVA; PEREIRA, 2013, p. 130). Todas essas normativas foram elaboradas no ambiente da educação pela tolerância, em favor dos direitos humanos, e ordenaram a inclusão da experiência de grupos representados como passivos e vítimas desde a colonização como atores no processo de formação da identidade e da nação brasileira (FREITAS, 2013, p. 195).

Contudo, mesmo com essas deliberações e com o alargamento do conteúdo não foram aplicadas novas abordagens bibliográficas. Uma das hipóteses para nossa análise é que em muitos casos a ampliação visa apenas atender às novas leis educacionais vigentes para a aprovação do livro didático, como sugere Coelho:

Nos processos históricos tratados pelos livros didáticos [...], as populações indígenas são classificadas como sacrificadas, perdidas, massacradas e submissas. As narrativas que os contêm concentram toda a ação nas mãos europeias: são os europeus que obrigam os índios a trabalhar, que invadem suas terras e ocasionam a mudança na vida das populações (como se essas populações não tivessem vivido qualquer outro processo histórico anterior à chegada dos europeus). Em algumas delas, não há qualquer referência ao fato de que o trabalho compulsório já era praticado por sociedades indígenas antes da chegada dos europeus, em outras, o princípio mesmo da disciplina é desconsiderado por meio de afirmações de que a história das populações indígenas tem sido a mesma há 500 anos- violência e expropriação (COELHO, 2009, p. 275).

A fim de demonstrarmos como as imagens de Theodor de Bry estão sendo empregadas no ensino de História da América, selecionamos todos os exemplares de História do Ensino Fundamental aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), e, elegemos os materiais do 7º ano por tratarem do período da chegada dos europeus à América e, conseqüentemente, da produção das imagens de Theodor de Bry, séculos XV e XVI. Nestes, encontramos o total de 42 imagens.

Posteriormente, passamos para a classificação das imagens que são recorrentes em todos os livros didáticos do 7º ano aprovados pelo PNLD, em que verificamos que das 42 encontradas, 24 eram distintas entre si. Chegando a este número, decidindo-nos, assim, pela análise das obras que se repetem e tratam do tema da antropofagia, o que possibilita um estudo mais preciso e, igualmente, comparativo das fontes.

O que constatamos na seleção de nossas fontes é o uso contínuo das imagens produzidas nos séculos XV e XVI pelo editor europeu como ilustração nos livros didáticos de História, relacionando a América pré-colombiana a um território a ser conquistado, escravizado e colonizado, prevalecendo uma história das sociedades indígenas centralizada no contato com o europeu (OLIVEIRA, 2011, p. 191).

Foi pensando nesta problemática do uso de fontes visuais como ferramenta da aprendizagem que buscamos estudar a produção dessas gravuras e sua relação com o conhecimento da América em seus diversos usos, buscando contribuir com uma leitura crítica das imagens sobre o Novo Mundo na História.

Isto posto, pesquisar os caminhos em que essas fontes imagéticas estão sendo trabalhadas nos permite identificar diferentes modos de percepção e significação do passado, chamando a atenção de docentes e alunos para a “compreensão da historicidade das interpretações e das relações da linguagem com a cultura e com o poder” (OLIVEIRA, 2011, p. 200), levando-os a reconhecer as diferentes representações acerca da América.

Para nós, historiadores, “o documento atinge valor pela teia social que o envolve e pelo que revela de mais amplo de uma época e de uma sociedade” (KARNAL; TATSCH, 2009 p.58). Sustentamos nossa pesquisa sobre essa afirmação, uma vez que as imagens disponíveis no material didático devem ser meios que permitam indagar sobre sua produção, enxergando nelas características que levem a compreender a época, a sociedade e as questões políticas em que estavam inseridas. Tais caminhos são, muitas das vezes, complexos, como afirma Jacques Le Goff: “[...] as reais dificuldades de adaptação às chamadas inteligências jovens, criaram um obstáculo, uma barreira, entre investigação e ensino de história. É necessário abater essa barreira, adotando, no entanto, todas as precauções que o caso exige.” (LE GOFF, 2010, p. 226).

Portanto, nossa investigação consiste em demonstrar como as imagens são expressão de uma época, e que, portanto, devem ser analisadas de acordo com seu lugar e sua função no sistema da sociedade, bem como em seu conjunto.

Desta forma, devemos nos perguntar: o que podemos aprender com as imagens de Theodor de Bry? Temos que averiguar seus signos, cientes de que se trata da construção de um Novo Mundo através do olhar de um artista europeu³, e, mesmo que isso não invalide a sua utilização como fonte, é necessário “ler” as imagens sempre atento a esta questão.

3 O estudo aprofundado sobre a bibliografia do editor e sua função no século XVI pode ser encontrada em: DAMASCENO, Chrislaine J. *Imagens do Novo Mundo: Theodor de Bry no ensino de História*. 2018. Dissertação (Mestrado em História)- Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2018.

Antropofagia

As cenas de canibalismo estão entre os temas que mais despertaram a curiosidade do europeu e que preenchem várias páginas dos livros didáticos. Para este estudo escolhemos as três imagens que mais se repetem nesses materiais, e que são utilizadas para demonstrar aos alunos os “costumes” das populações indígenas nos séculos XV e XVI. Tais gravuras se encontram, originalmente, na *Americae Tertia Pars* de Theodor de Bry, que ilustra a “descoberta” do Brasil, e são acompanhadas dos textos de Jean de Léry e Hans Staden, ambos viajantes que estiveram nestas terras.

Michel de Certeau (1982, p. 230) afirma que “o olho está a serviço de uma ‘descoberta do mundo’, e é por meio dele que aguçamos nossa curiosidade, constatação que, no século XVI, possibilitou o sucesso das imagens sobre as populações ameríndias, e é o que nos possibilita hoje encontrá-las para o apoio do ensino sobre a América.

Antes de nos aprofundarmos nas análises de cada uma das imagens selecionadas, devemos chamar a atenção para como foi configurada a “produção/reprodução da realidade” comum aos artistas dos séculos XVI e XVII e, conseqüentemente, ao nosso produtor Theodor de Bry. Os corpos pintados em suas obras são semelhantes aos padrões artísticos europeus do período. Uma vez que o editor não havia estado nas terras que hoje chamamos Brasil, suas impressões baseavam-se em relatos de viajantes e, mesmo que fosse ele também um viajante, as referências nas quais se embasava para trazer o “novo” para a Europa deveriam se apoiar no conhecimento que possuía, juntamente a seus contemporâneos, sobre as imagens da Idade Dourada, das florestas selvagens, de Adão e Eva, da mitologia e da antropofagia medieval, já que para desvendar o desconhecido há a necessidade de se partir do familiar (BAYONA, 2004, p. 323).

Outro ponto a ser destacado é que os textos de Jean de Léry e Hans Staden, no qual as gravuras de DeBry se baseiam, demonstram a existência de um ritual de execução, preparação e consumo da carne (BAYONA, 2004, p. 323).

Quando nos remetemos aos povos indígenas, pensamos em estereótipos e, muitos deles, são internalizados através do primeiro contato que o livro didático oferece entre seu público alvo, alunos de sétimo ano, e as imagens trabalhadas através das descrições e títulos que as acompanham, como expressão da realidade nos primeiros séculos da chegada do europeu à América. As imagens produzidas nesse período nos mostram o índio maléfico, idólatra e canibal, exótico, selvagem e indomável, que não poderia ser contido e por isso, necessitava da catequização para conferir-lhe civilidade.

A imagem que construímos do indígena vem, isto posto, sobretudo deste período, e os livros atuais, ao oferecerem uma abordagem sem discussões, apenas como ilustração da realidade, colaboram para que dada construção mental se perpetue, mesmo

cinco séculos depois. Devemos atentar que o objeto de estudo deste artigo se restringe à análise das imagens no livro didático e das narrativas que as acompanham, não mensuramos as diversas leituras possíveis que os professores e alunos podem fazer deste documento. Tais interpretações extrapolam o exame a qual nos propomos.

As imagens, pois, integram uma percepção que se desvincula do imaginário sobre a busca pelo paraíso perdido como explicação da realidade, e começam a reconhecer uma diferença em relação ao seu referente europeu. A América se tornará o espaço habitado pelo paganismo e pela idolatria, um novo local para a projeção dos “demônios” do velho mundo, exercendo, assim, um papel na demonologia da Europa (SOUZA, 1993, p. 41).

Nesta pesquisa buscamos compreender como Theodor de Bry produziu suas imagens para representar os habitantes da América. Para tanto, utilizamos o conceito de “luta de representações” de Roger Chartier (2014, p. 8-9) demonstrando sua importância, à medida que nos permite embasar como um grupo, nesse caso o europeu, impunha suas concepções e valores como certos e únicos. Entendemos que as imagens que estudamos foram desenvolvidas desta maneira, fixando o modelo dos habitantes do Novo Mundo. Mas, e hoje, como elas são lidas pelos nossos estudantes?

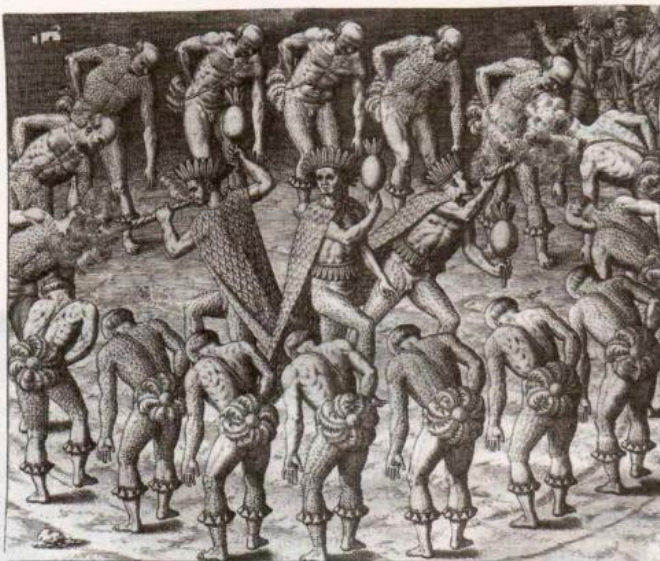
É importante ressaltar que a curiosidade pela América fervilhava na Europa seiscentista e, maior que o interesse pelas crônicas, era o entusiasmo pelas representações iconográficas (ZIEBEL, 2002, p. 113). Theodor de Bry, um grande conhecedor destes relatos, conseguiu produzir imagens detalhadas sobre o Novo Mundo e elas representam “[...] os debates teológicos, as disputas religiosas e os estereótipos [...]” (RAMINELLI, 1996, p. 123) que inseriram os tupinambás no imaginário europeu.

As imagens 1 e 2 trazem um ritual de pajés tupinambás, encontrada em dois livros: *História Sociedade e Cidadania*, na unidade 3: *A formação do Estado Moderno*, no capítulo 11: *América: astecas, maias, incas e tupis*, e no livro *História nos dias de hoje*, no capítulo 9: *O Brasil antes de Cabral*.

Imagem 1: Representações dos pajés tupinambás em livros didáticos.

Outra figura importante entre os povos tupis eram os pajés ou caraíbas, nome que esses povos davam a seus líderes religiosos.

Theodore de Bry, c. 1550. Gravura. Instituto de Estudos Brasileiros da USP, São Paulo



Séc. XVI. Museu Nacional da Dinamarca, Copenhague. Foto: Rômulo Fialdini



Na imagem acima, à esquerda, de c. 1550, os pajés tupinambás (ao centro) dançam durante um ritual organizado por eles com o objetivo de cura dos doentes e fortalecimento espiritual do grupo. Acima, à direita, o manto do século XVI usado por eles nessas cerimônias.

Fonte: DE BRY, Theodore, Instituto de Estudo Brasileiros da USP. In:BOULOS, Alfredo Junior.*História, sociedade e cidadania: 7º ano. 3º edição*- São Paulo: FTD, 2015, p. 240.

Imagem 2: Representação dos rituais de dança dos Tupinambás.



Fonte: DE BRY, Theodore. In: CAMPOS, Flávio de. *História nos dias de hoje: 7º ano*. 2ª Ed. São Paulo: Leya, 2015, p. 183.

As imagens acima mostram um ritual indígena. No centro da figura temos as personagens que conduzem esse ritual, os chamados pajés. Eles vestem um manto que aparece em destaque nas duas imagens, incentivando a compreensão da pintura como um retrato da realidade. A cena mostra movimento, pois o nosso olhar é dirigido de forma circular da direita para a esquerda. Os índios que compõem a roda não se diferem entre si e a posição na qual se encontram revelam submissão aos pajés que estão no centro e se destacam tanto pelos trajes quanto pelos movimentos. Através do texto de Léry, do qual se originou a figura, podemos entendê-la como tentativa de mostrar ao receptor uma hierarquia estabelecida pela “fé” existente entre esses povos.

A imagem 1 vem acompanhada de um texto, que a descreve como um ritual de cura dos doentes. O segundo material, imagem 2, por sua vez, relaciona a prática à antropofagia, mostrando os pajés dançando com instrumentos e vestimentas que, de acordo com o livro, são característicos do ritual canibal. Como sabemos, as imagens

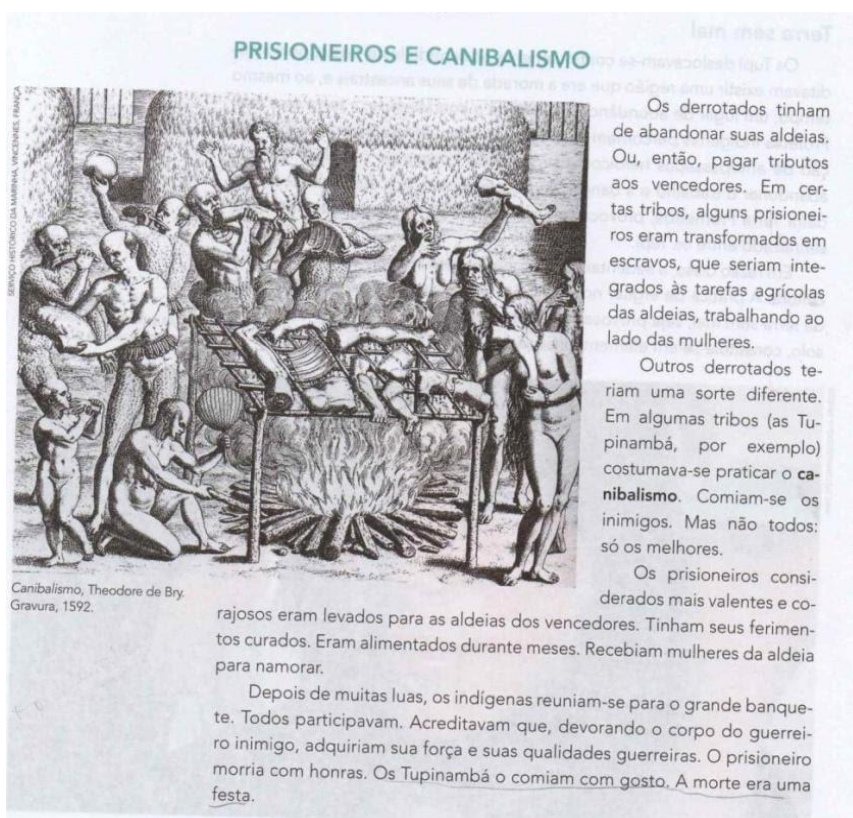
podem, e foram, utilizadas para representar vários episódios. No entanto, o que nos chama atenção nelas é a forma como são empregadas ainda hoje.

O livro que relaciona a imagem à antropofagia, faz sob o título “Adivinha quem vem para o jantar?”, o que denota um tom jocoso em relação ao ritual. O trecho que acompanha a imagem não possui referência, não se sabe de onde foi extraído, apenas é citado o relato segundo Jean de Léry. Mas quem é Léry? Por que ele se pronuncia sobre o ritual de antropofagia, e qual sua relação com a imagem? Tais questões não podem ser respondidas a partir do conteúdo oferecido pelo livro, pois este apenas traz uma página com texto, gravura e curiosidades sobre a época.

Todas as imagens que elegemos para esse tópico expressam as inovações nas técnicas de gravuras, que formam imagens com movimento, agrupadas, criando a sensação de proximidade da realidade nos europeus (BELLUZZO, 1994, p. 40).

A outra gravura selecionada mostra o cozimento de partes humanas pelos indígenas. Tal imagem foi encontrada em 3 livros: *História nos dias de hoje*, no capítulo 11 *América: astecas, maias, incas e tupis*, e no livro *História nos dias de hoje*, no capítulo 9: *O Brasil antes de Cabral*.

Imagem 3: Representação do ritual canibal l.

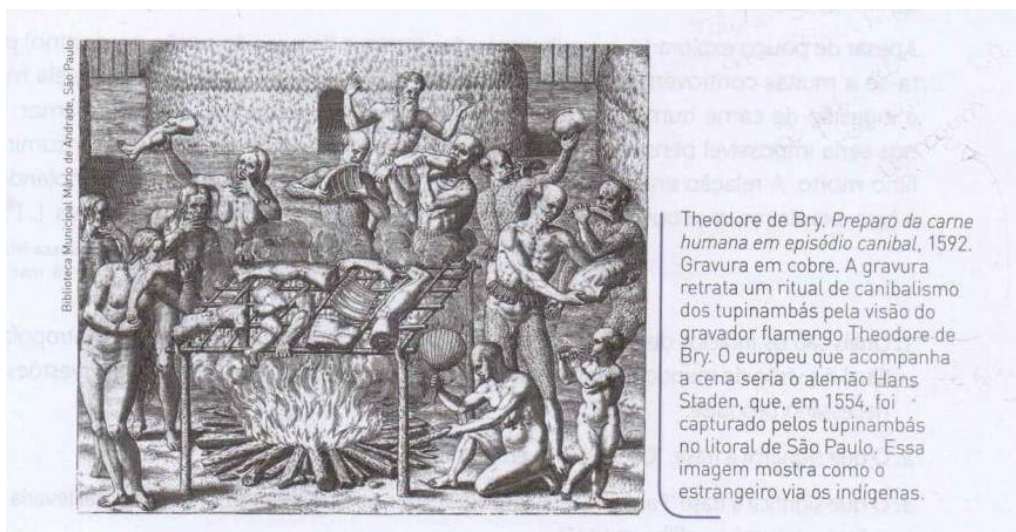


Fonte: DE BRY, Theodor. In: CAMPOS, Flávio de. *História nos dias de hoje: 7º ano*. 2º Ed. São Paulo: Leya, 2015, p. 182.

A gravura mostra a cena de um moquém no qual os indígenas estão assando a carne humana e comendo-a. Na imagem há a presença de homens, mulheres e crianças. O costume antropofágico foi relatado por diferentes cronistas da América. À medida que o público leitor se sentia curioso por estas notícias de “homens selvagens que comiam seus semelhantes” tais imagens tomam o lugar das gravuras da literatura fantástica e tornam-se constantes e cada vez mais detalhadas – é chamado de imagem teatralizada-especialidade do nosso editor. O anseio pelas ilustrações explica o fato do livro de Hans Staden, que foi aprisionado pelos tupinambás, ser tão impactante na Europa. As xilogravuras do livro em questão foram feitas por ou sob a orientação de Staden. As imagens cheias de detalhes foram refeitas por Theodor DeBry, que as converteu em cenas mais impressionantes.

As imagens de DeBry enfatizam o canibalismo ritual, descrito por Léry e Staden, exaltando a bravura dos guerreiros nativos. O editor evidencia a dramaticidade dos rituais e “[...] acentua o caráter demoníaco da mutilação, carrega o tema de aspectos aterrorizantes” (BELLUZZO, 1994, p.58). Mas, diferentemente do que aparece nas gravuras, o texto de Staden e Léry enfatiza o ritual tanto no preparo como na ingestão da carne. “Como é costume deles quando querem comer um homem, preparam uma bebida de raízes que chamam de cauim. Somente depois da festa da bebida é que o matam” (STADEN, 2010, p. 91), mostrando que não eram práticas corriqueiras e que elas duravam, muitas vezes, meses. E complementam afirmando que “para um homem, a honra máxima é capturar muitos inimigos e abatê-los, o que entre eles é muito comum. Ele tem tantos nomes quanto inimigos tiver matado, e os mais nobres entre eles são os que têm muitos nomes e que não fazem isto para saciar sua fome, mas por hostilidade e muito ódio” (STADEN, 2010, p. 157), portanto, não pela gula.

Imagem 4: Representação do ritual canibal II



Fonte: DE BRY, Theodore. In: MOCELLIM, Renato. *Projeto Apoema. História 7*. 2.º Ed. São Paulo. Editora do Brasil, 2015, p.237

Imagem 5: Representação do ritual canibal III.



Nas imagens expostas, vemos que no centro estão as partes humanas sobre o moquém. De um lado mulheres e, do outro, homens. Já no centro, mais ao fundo, Hans Staden desaprovando a cena que testemunha. A figura feminina está presente em todas as imagens de DeBry sobre o canibalismo, assim como nos relatos de Léry e Staden e este fato chama a atenção dos estudiosos do tema. São elas que primeiro golpeiam o inimigo, as que limpam e que têm partes específicas do corpo separadas para comerem. Tal observação pode revelar muito a respeito da preponderância da mulher na preparação da comida e de sua importância nos rituais da aldeia.

Porém, outras explicações sobre o aparecimento delas nos rituais são levantadas. Segundo Ronald Raminelli (1996, p. 97) “a recorrência das mulheres nos festins canibais de DeBry permite concluir pelo emprego de sua imagem como forma de materializar um discurso ou uma visão de mundo”. Para ele, o feminino expressaria a alteridade do Novo Mundo. Em síntese, o editor-desenhista concebeu as mulheres como expressão da singularidade e “[...] simbolizam o afastamento do ameríndio da humanidade: as idolatrias, a nudez e a antropofagia” (RAMINELLI, 1996, p. 97).

O que podemos perceber nas imagens é a crítica à decrepitude humana, que se revela conforme a carne vai sendo ingerida. Vemos no primeiro plano uma mulher nova com corpo em formas perfeitas, as seguintes vão se tornando cada vez mais velhas, com os seios caídos e com uma quantidade maior de rugas no rosto. Este simbolismo também pode ser percebido com os homens, posto que em primeiro plano há uma criança. Estas transformações biológicas são vistas por Maria de Moraes Belluzzo como “[...] a vitória do *feio* sobre o *belo*, introduzida na imagem como princípios de valorização” (BELLUZZO, 1994, p. 59).

Ao enfatizar a participação feminina em suas imagens, Raminelli (1996, p. 101) acredita que De Bry estava influenciado pela “misoginia amplamente difundida no mundo luterano”, segundo ele “O *Malleus Maleficarum* exerceu uma forte influência sobre o pensamento europeu ao longo do século XVI” (RAMINELLI, 1996, p. 102), disseminando a crença de que “[...] a perfídia é mais frequente entre as mulheres que entre os homens” e que “toda má índole nada vale quando comparada à malícia de uma mulher, sendo ela inimiga da amizade” (RAMINELLI, 1996, p. 102). Consideremos, ainda, que havia uma relação entre “[...] as nativas e as feiticeiras europeias” uma vez que, segundo ele, “as mulheres canibais possuíam comportamentos e formas físicas semelhantes às das enviadas de Satã” (RAMINELLI, 1996, p. 18).

Michel de Certeau (1982, p. 232) também relaciona as nativas às feiticeiras que “[...] dançando e gritando de noite, ébrias de prazer eram devoradoras de crianças”. Entre os prazeres marginalizados “o mundo selvagem, como o mundo diabólico, se torna Mulher”, representação da maior parte das enfermidades e dos males sociais do período.

Desta relação podemos verificar como a história da América estava diretamente ligada à da Europa. Desse modo, como aponta Laura de Mello e Souza (1993, p.43), há dois “[...] movimentos que, distintos na aparência, constituem, na verdade, um único processo: por um lado, a absorção dos ritos e práticas mágicas americanas pela demonologia europeia [...]” e “[...]a revivescência dos temas ligados ao canibalismo, que jaziam como adormecidos no imaginário ocidental e que ressurgem em representações iconográficas relacionadas à feitiçaria [...]”. Novamente, nos deparamos com uma transposição dos mitos e lendas do imaginário europeu para o universo americano.

Léry (1941, p. 181) diferencia em seu texto a atitude feminina da masculina no ritual canibal. Segundo ele, os homens são movidos pela vingança, já, as mulheres velhas, comem para satisfazer a gula e para obterem prazer, reforçando assim as possíveis comparações entre as índias americanas e as feiticeiras europeias.

Ao retratar tais episódios, os europeus almejavam mostrar para a Europa o que era o homem selvagem, ou o homem “primitivo”. Demonstrando que o que é *selvagem* não é o que está fora do alcance do homem, mas o que fica à margem da atividade humana (LE GOFF, 2010, p.49), reproduzindo, pela imagem da ingestão de carne humana, prática repudiada pelas doutrinas religiosas, que levam o espectador a entender, por analogia, as imagens constituídas no seio do projeto missionário colonial (BELLUZZO, 1994, p. 39).

As gravuras estudadas pretendiam incidir sobre o pressuposto de que os americanos eram atormentados pelos espíritos malignos e por isso fazia-se necessária a crença no verdadeiro Deus. Sob essa ótica, os cronistas defendiam suas missões catequizadoras, fossem elas reformadas ou não, como uma tentativa de controlar e excluir os que oferecessem perigo à comunidade sagrada (LE GOFF, 2010, p. 172).

O grande sucesso editorial que as imagens sobre o canibalismo tivera no século XVI perpetuaram nos séculos seguintes e, como constatamos, ainda hoje são as gravuras mais utilizadas nos livros didáticos para demonstrar as populações nativas do Brasil. Tais imagens provocaram grande comoção no europeu, que substituiu as figuras de monstros e seres mitológicos por esse grande tema da antropofagia, fato este que não chamou atenção somente pelo seu apelo agressivo, mas, sobretudo por seu valor social de transgressão dos costumes e preceitos defendidos pela sociedade cristã.

Esta imagem clássica de De Bry acompanha uma série de outras sobre o mesmo tema, que aludem ao sofrimento do corpo, servindo às discussões religiosas entre católicos e reformados que a associam ao pecado, à ação demoníaca e ao purgatório, ou seja, a imagem acaba ultrapassando o que os livros didáticos chamam de “costumes dos nativos”. O que a gravura pretende expressar e discutir são as questões relevantes a seu produtor, como a Reforma Protestante, seu exílio e a crueldade empregada nas guerras religiosas que aconteciam na Europa. Ana Maria de Moraes Belluzzo observa que, segundo os protestantes, “a parte simbólica de ingerir o corpo de Cristo para adquirir poderes permite que se estabeleça um paralelo entre o canibalismo e a comunhão pela Eucaristia, momento de renovação no cerimonial católico” (BELLUZZO, 1994, p. 58), concluindo que “não se deve, portanto, excluir a metáfora, que tem origem no imaginário religioso da época, nas interpretações e nos modos como essas imagens eram vivenciadas”(BELLUZZO, 1994, p. 58), o que em nenhum momento é mencionado ou abordado nos livros que estudamos.

As ilustrações, como vimos, representam muito mais o europeu, e não somente em suas características físicas, mas principalmente nos assuntos que querem abordar. Os grandes debates da época eram marcados pela comparação entre os atos dos nativos e dos europeus, indagando quem eram, de fato, bárbaros:

[...] Mas nunca se encontrou nenhuma opinião tão desregrada que desculpasse a traição, a deslealdade, a tirania, a crueldade, que são nossos erros habituais. Portanto, podemos muito bem chamá-los de bárbaros com relação às regras da razão, mas não com relação a nós, que os ultrapassamos em toda espécie de barbárie. A guerra deles é toda nobre e generosa e tem tanta desculpa e beleza quanto possa permitir essa doença humana; não tem outro fundamento entre eles além da busca da virtude [...] (MONTAIGNE, 2010, p. 151-152).

Ao promover diálogos sobre a contraposição entre europeus e americanos, selvagens e civilizados as imagens assumem uma inversão de significado. Ao invés de combaterem e denunciarem os costumes bárbaros da América, elas lançam luz sobre o comportamento do europeu.

Pensando na catequização e na salvação das almas, os cronistas também defenderam tais rituais e encontraram neles uma maneira de apontar as feridas que muito incomodavam a Europa, como a questão da tolerância religiosa. Por isso, em seus relatos, muitas vezes, argumentam sobre tais práticas, como faz Léry em sua *História da viagem à terra do Brasil*, qualificando-as como não sendo piores que a usura que “[sugam] o sangue e a medula, e por conseguinte comem vivos as viúvas, os órfãos e outros infelizes. Seria melhor cortar-lhes a garganta de uma vez que abandoná-los a uma morte lenta. Esses agiotas são, portanto, mais cruéis que os selvagens” (LÉRY, 1941, p.

324), ou ainda, alegando que, mesmo entre os civilizados, ele mesmo testemunhou uma cena de canibalismo no cerco de Sancerre, quando os pais devoraram sua filha. Por último, destaca que a prática de comer carne humana faz parte de um ritual, não servindo somente para satisfazer a fome, demonstrando a superioridade sobre os católicos. “Nisso os canibais brasileiros eram mais civilizados, porque para eles a antropofagia também tinha um sentido alegórico, como para os calvinistas. O corpo devorado não era um alimento, mas um signo: o canibalismo ‘significava’ a vingança” (LÉRY, 1941, p. 324), o que era visto com mais condescendência, assim como o paganismo dos indígenas frente ao ateísmo dos europeus.

Na visão dos defensores católicos estas imagens eram usadas também de forma a resguardar suas causas. Botero, por exemplo, “[...] sugere que a heresia européia é pior do que o barbarismo americano, e que este, na verdade, deve ser matizado e visto de forma diferente da que os europeus, até então, viam os alienígenas”(SOUZA, 1993, p. 62).Ele acrescenta que, mesmo dotados de cultura, alemães, ingleses e flamengos comportavam-se como selvagens nas guerras que marcavam a Europa e que a animalidade em comer carne humana não se diferenciava de comportamentos como a heresia protestante.

Logo, percebemos que a grande questão não são os costumes dos selvagens, mas sim o ataque ao comportamento europeu no que se refere às disputas religiosas, uma vez que ambos os lados se serviram da mesma imagem para confrontar seus adversários. Tanto católicos, como Botero e Montaigne, como reformados, como Staden e Léry, estão imersos em seu universo europeu, não permitindo olhar para fora sem falar de si mesmo. Segundo Léry, (1941, p. 185) “Não é preciso ir à América, nem mesmo sair de nosso país, para ver coisas tão monstruosas”. Ao contrapor os costumes sociais e religiosos, os cronistas usam o tema canibalismo para falar do *outro* criticando seus próprios costumes morais.

Diversidade

O tema transversal do PCN Pluralidade Cultural destaca que não devemos separar grupos culturais, mas incentivar a convivência entre diferentes tradições visando o respeito e a tolerância, sendo esta a base para o convívio harmonioso entre as diferenças (MATTOS; ABREU e SOIHET, 2003, p. 127).

As imagens estudadas nos livros didáticos nos mostram que o estudo da América permanece sob uma perspectiva estritamente europeia, que oferece aos estudantes

gravuras e textos que contribuem para a consolidação de estereótipos como a do “bom selvagem” ou do “índio canibal”. A partir do encontro entre europeus e ameríndios, entre povos diferentes culturalmente, os autores não discutem de forma incisiva os processos de dominação decorrentes da colonização. Aqui, questionamos como as imagens são inseridas no processo de aprendizagem quando postas nos livros didáticos relacionadas ao tema da antropofagia. Ao ignorar a menção de fatos importantes sobre o autor das imagens, sobre como e porque elas foram produzidas, e por que foram escolhidas, estamos revelando a crença na superioridade da cultura europeia, na construção do nosso conhecimento, atestando como o ensino permanece distante da historiografia recente e sem desenvolver, por meio dessas imagens, questões pertinentes ao ensino.

As ilustrações escolhidas não servem somente para o ensino da história da Idade Moderna, elas nos falam do respeito pela diferença, uma vez que são os primeiros registros sobre o *outro* ou o *diferente*. Comunicam-nos sobre a neutralização do preconceito e mostram as nossas deficiências quando enxergamos nelas padrões de comportamento que acreditamos terem sido naturalmente estabelecidos. Quando olhamos uma imagem de DeBry e identificamos representações mais próximas aos indígenas do que aos europeus, é porque o nosso conceito de indígena foi construído em cima do estereótipo do homem nu, adornado com penas e próximo à natureza. Entender que esse não é o indígena e que essas imagens não caracterizam seus costumes é um objetivo urgente a ser alcançado.

Ao tratarmos do tema da diversidade no ensino, devemos abordar uma heterogeneidade de civilizações com culturas, sistema políticos, econômicos e organizações que vem se modificando desde 1500 e, não indagando se são inferiores ou superiores, apenas entendendo-as como diferentes, para que os preconceitos e as desinformações não sejam expressos diariamente pelas pessoas.

Por esta razão, a Lei 11.645 de março/08, que tornou obrigatório o ensino de História e culturas indígenas nos currículos escolares no Brasil – mesmo necessitando ainda de maior definição e aplicação –, contribui para o reconhecimento e para a inclusão das diferenças étnicas dos povos indígenas e suas sociodiversidades. Sendo assim, devemos garantir sua aplicação, para que se efetive mudanças nas práticas pedagógicas atuais, tornando a escola um local de formação de cidadãos críticos, que reconheçam as diferenças socioculturais. Portanto, mesmo que constituídas de formas e conteúdos diversificados, as imagens escolhidas revelam a dependência aos padrões europeus, ilustrando que os povos da América não foram os autores ou protagonistas do Novo Mundo, mas que foram pensados e moldados, e que, mais do que isto, estas imagens ainda forjam uma memória sobre o passado colonial que permeia nosso

inconsciente. Nosso desafio consiste em ultrapassar a narrativa histórica, vigente nos livros didáticos que hierarquizam os continentes e a ação de suas populações como agentes históricos através do uso das imagens de Theodor De Bry.

Referências

- AZEVEDO, Gislaíne. *Projeto Teláris: história: ensino fundamental 2*. Ed. – São Paulo: Ática, 2015.
- BARROS, Ricardo. *O uso da imagem nas aulas de História*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- BAYONA, Yobenj A.C. *Imago Gentilis Brasilis: modelo de representação pictórica do índio na Renascença*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.
- BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos Viajantes*. São Paulo: Metalivros; Salvador: Odebrecht, 1994. Volume I: “Imaginário do Novo Mundo”.
- BITTENCOURT, Circe M. F. Livro didático entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe M. F. (org). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.
- BOULOS, Alfredo Junior. *História, sociedade e cidadania*. 7ª ano, 3ª edição- São Paulo: FTD, 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 1996.
- BRASIL, Ministério da Educação e Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília, 1998.
- BRASIL, Ministério da Educação. *Lei 10.639*, Brasília: 2003.
- BRASIL, Ministério da Educação. *Lei 11.645*, Brasília: 2008.
- CAMPOS, Flávio de. *História nos dias de hoje*. 7º ano. 2º Ed. São Paulo: Leya, 2015.
- CERTEAU, Michel de. Etnografia. In: CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. A mão do autor e a mente do editor. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.3, p.549-566, set/dez.2004
- COELHO, Mauro Cesar. A história, índio e o livro didático: apontamentos para uma reflexão sobre o saber histórico. In: MAGALHÃES, Marcelo; REZNIK, Luis; ROCHA, Helenice. *A História na Escola*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

FOCHESATTO, CyanaMissaglia de. O uso de imagens no ensino da história: um exemplo com as pinturas de Pedro Weingartner. *História & Ensino*, v.19, n.2, p.159-178, jul/dez.2013.

FREITAS, Itamar. Reformas educacionais e os currículos nacionais para o ensino de história no Brasil republicano (1931/2009). *Cadernos de história da Educação*-v.12, n.1, p.187-202, 2013.

KARNAL, Leandro. TATSCH, Flávia Galli. A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi, LUCA, Tania Regina. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval*. Rio de Janeiro: Edições 70, 2010.

LÉRY, Jean. *Viagem à Terra do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1941.

MATTOS, Hebe. O ensino de história e a luta contra a discriminação racial no Brasil. In: ABREU, Martha; SOLHET, Raquel. *Ensino de História*, Rio de Janeiro: Casa das Palavras, 2003.

MOCELLIM, Renato. *Projeto Apoema.: História 7*. 2^o Ed. São Paulo. Editora do Brasil, 2015.

MONTAIGNE, Michel. *Os ensaios: uma seleção*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MONTEIRO, John. Redescobrimo os índios da América portuguesa: Antropologia e história, In: O. A. Aguiar; J. E. Batista; J. Pinheiro (orgs.), *Olhares contemporâneos: cenas do mundo em discussão na universidade*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. Representações das sociedades indígenas nas fontes históricas coloniais: propostas para o ensino de história. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 18, n. 34, p. 187-212, dez. 2011.

RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Lendo imagens criticamente: uma alternativa para a formação do professor de história. *História & Ensino*, Londrina, v.8, Edição Especial, p. 9-23, out. 2002.

SILVA, Maurício; PEREIRA, Márcia M. Percurso da lei 10639/03 e o ensino de história e cultura africana no Brasil: antecedentes, desdobramentos e caminhos. In: *Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília*.2013, Brasília. Anais., Brasília, 2013. p. 1-12.

SOUZA, Laura de Mello e. *Inferno atlântico: demonologia e colonização séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil: primeiros registros sobre o Brasil*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

ZIEBELL, Zinka. *Terra de Canibais*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002.